

## A "INFORMAÇÃO DA ARCADA" – O PRIMEIRO GABINETE DE IMPRENSA POLÍTICO PORTUGUÊS (DO REINADO DE LUÍS I ATÉ À DITADURA NACIONAL)

### INTRODUÇÃO

Durante a Monarquia Constitucional, *Arcada* era não só o topónimo usado para identificar os arcos adjacentes aos ministérios no Terreiro do Paço, como também o epíteto vulgarmente aplicado à atividade política exercida na atual Praça do Comércio, em Lisboa. No fundo, a *Arcada* representava o centro governativo e administrativo do país, facto bem presente na frase de Eça de Queirós, em *Os Maias*: “o País está todo entre a Arcada e *São Bento*” (Queirós, 1982 [1888], p. 143).

Ora, a concentração geográfica, mas também simbólica do poder no Terreiro do Paço, fez desta monumental praça o epicentro da luta política em Portugal e, conseqüentemente, da atividade jornalística. A *Arcada* era, pela dinâmica política que aí se gerava, um palco privilegiado para a promoção pública de governos e partidos e, ao mesmo tempo, um fervilhante viveiro de fontes de informação, sempre disponíveis para alimentar a voracidade dos repórteres. O ambiente afigurava-se propício a boatos, ao *diz-que-disse*, à pura intriga política. Um autêntico *mentidero* à portuguesa, em que o Café Martinho da Arcada<sup>1</sup> assumia um papel preponderante no intercâmbio de informações.

Não há sítio em Lisboa que mais dano cause ao espírito público do que a *Arcada* (...). Quem pretende andar bem estribado nas novidades do dia, vai lá, escolhe um boato, bifurca nele a imaginação, chuta de grupo em grupo, espalhando o boletim da *Arcada*, e ao cabo de algumas horas está a cidade inçada de carapetões, que são a praga de Lisboa. (Pimentel, 1900, p. 60)

<sup>1</sup> Um local de encontro de políticos, repórteres, jornalistas, publicistas e todo o género de intelectuais da época, como está documentado em várias obras, por exemplo, em *Memórias de Galego* (1912) e *À Esquinas do Chiado* (1913), ambos de Eduardo Noronha, mas particularmente nas obras do seu mais reputado frequentador – Fialho de Almeida (1890, 1912, 1916, 1924; 1911, 1943).

Muitas são as obras de memórias, diários, ensaios políticos ou de História que relatam a regular presença de jornalistas<sup>2</sup> na *Arcada*. É isso que, por exemplo, Ramalho Ortigão descreve, em tom crítico, em *As Farpas XI* (1944 [1873]):

O jornalista nunca se concentra, nunca se recolhe com o seu problema para meditar, para estudar, para o resolver. Nunca procura a verdade. (...) Portanto, trabalha na rua, debaixo da Arcada do Terreiro do Paço, nos corredores ou nas tribunas de S. Bento, no Chiado, no Martinho, no Grémio. Como trabalha? Trabalha deste modo: informando-se; é o termo técnico. Uma vez informado o jornalista considera-se instruído. Desde que tem a informação recebida, tem o jornal feito. (Ortigão, 1944 [1873], pp. 75-76)

Similarmente Fialho D'Almeida (1889, p. 212), num duro e crítico texto intitulado *Os Jornalistas*, onde estes profissionais são descritos como “arávia de pulhastros” ou “vagalhões de inqualificáveis grosserias”, acrescenta:

...de tamancos ainda, falando a galegagem da sua cidade natal, um varapau na mão, quatro frases e meia na memória, gazua e box na algibeira: e instalarem-se, começarem a tramar, a rastejar pela Arcada, a rabiar pelos locais dos jornalecos, solicitando a apresentação deste, o perto de mão daquele, licença para escreverem a biografia daquele outro. (D'Almeida, 1889, p. 210)

Ainda Fialho D'Almeida (D'Almeida, 1911 [1893], p. 285) em *Os Gatos*, ao evocar o dia 30 de junho de 1892, aponta que “no balcão do jornalismo político, pela via conspirativa d’Arcada” se descobrem “parcerias cínicas de negócios” e “gafas de manhãs interesseiras”. Igualmente, Alfredo Mesquita, na sua obra *Vid’airada* (1894), descreve, no capítulo, justamente, dedicado aos *Jornais e Jornalistas* (Mesquita, 1894, p. 57), que estes forjam os artigos pela “Arcada, a Havaneza, os corredores de S. Bento, os locais onde a intrigalhada partidária é certa” (Mesquita, 1894, p. 64). Também o político e pensador António Sérgio relata, em *Ensaios* (1936), um ambiente de intriga,

<sup>2</sup> Importa esclarecer que a definição de “jornalista” neste período, e segundo uma tese de doutoramento de Paula Mateus Miranda (2005) intitulada *O jornalismo em Portugal: Elementos para a Arqueologia de uma profissão* (1865-1925), começou a assumir uma nova racionalidade que potenciou a profissão, pois “a redação dos jornais deixou de ser apanágio exclusivo de políticos e escritores e passou a estar a cargo de um leque polifacetado de indivíduos, recrutados nas mais diversas esferas de atividade que (...) acabou por conduzir à implementação de novos limites na definição conceptual de jornalista que se afirmou como engenheiro da informação com uma importante missão social a desempenhar, por um lado ser o porta-voz dos cidadãos, por outro vigiar o poder político” (Miranda, 2005, p. 364).

por exemplo, quando, no reinado de D. Luís I, em 1893, lamenta a perseguição a Oliveira Martins<sup>3</sup>: “o enredo que havia de o derrubar ia-se tecendo pela *Arcada*, nos jornais, no Parlamento” (Sérgio, 1936, p. 80). Descrição semelhante é composta por Jorge de Abreu em *A Revolução Portuguesa: O 31 de Janeiro* (1912, p. 11), obra na qual o jornalista de *O Século* descreve o reboliço lisboeta causado pelas informações vindas do Porto: “os políticos, frequentadores da *Arcada*, andavam desvairados”. Outro exemplo vem do membro da Câmara dos Dignos Pares do Reino, Elvino Brito, que se insurgiu, em 1902, por saber das medidas do governo pelos jornais:

Ainda hoje – e compunge-se-me o coração – vi em um jornal de larga tiragem a notícia, levada por um dos muitos *repórteres* que frequentam as *Secretarias de Estado* vi a notícia de que o sr. ministro da *Fazenda* só concluirá em março d’este ano as nomeações provenientes da sua última reforma. (Brito, 1902, p. 76)

E a *Arcada* era odiada por revolucionários e monárquicos. João Chagas, em *As Minhas Razões* (1906, p. 147), defendia, metaforicamente, a destruição deste espaço lisboeta: “destruída a *Arcada*, a política e os políticos, disseminados, recolheriam às câmaras, aos ministérios, aos centros, aos clubes e deixariam de constituir um espetáculo da rua”. Mas do outro lado da barricada, António Teixeira de Sousa<sup>4</sup>, em 1908, também assume um claro desassossego na obra *Para a História da Revolução* (1911, p. 56): “durante o mês de janeiro de 1908 muito se falava de revolução. Eu tinha somente a informação da *Arcada*, que é muito fértil em boatos fantasistas”.

A *Arcada* era não só o pulsar político do país, como era também o ventre de futuros políticos. Quem o reconhece é próprio João Chagas, no *Diário de um Condenado Político 1892-1893* (1913, p. 56), ao asseverar que o “itinerário das carreiras políticas em Portugal começa em Coimbra e acaba em S. Bento, passando pela *Arcada*”. E Henrique Trindade Coelho, em *Ferro em Brasa* (1913, p. 32) que, ao comentar as fontes de informação que alimentavam o noticiário político português, garantia: “rabiscam-no o ministro, o deputado, o senador, o influente, o despeitado, o *habitué* de S. Bento e da *Arcada*...”. Outro político e jornalista monárquico, Rocha Martins, que defende igualmente o fim deste barómetro público, também a compara um viveiro de políticos:

<sup>3</sup> Que era, em 1893, ministro da Fazenda do governo liderado por Dias Ferreira.

<sup>4</sup> Ministro em vários governos da Monarquia Constitucional e último Presidente do Conselho de Ministros da monarquia (26 de junho de 1910 a 5 de outubro de 1910).

A Arcada, como lhe chamam, tem sido o caldo de cultura do pior bacilo português: o da política. Os países onde os ministérios são distantes uns dos outros vivem na sua intriga também, mas não a expõem. A Arcada, depois de viveiro dos vibrões é a montra onde eles se mexem, se revolvem, se agitam e donde se transformam de simples espectadores curiosos em inquilinos do primeiro andar e, de seguida, em seus senhorios. (Martins, 1924, p. 1)

Todavia, apesar destes apontamentos, antes do 5 de outubro de 1910, não foi encontrado qualquer documento oficial, notícia ou relato que demonstrasse a existência de uma estrutura destinada a acolher os muitos repórteres que povoavam diariamente a *Arcada*, com o objetivo de recolher informações dos ministérios<sup>5</sup>. Há, porém, um episódio – que aparece narrado pelo já referido jornalista Jorge de Abreu, em *Boémia Jornalística* (1927) – em que é revelada uma rotina governamental de distribuição de informação pelos repórteres, a que chamavam de “noticiário da Arcada”:

Um governo da monarquia dispôs-se com o diário de Silva Graça [*O Século*] e proibiu as repartições oficiais de lhe facultarem quaisquer informações de caráter noticioso. *O Século* ensaiou tornear a dificuldade (...). Subornou-se um empregado do órgão ministerial, empregado que, todas as noites, metia disfarçadamente no barril do lixo, colocado à porta da rua, as provas tipográficas com o *noticiário da Arcada*. E esta prática durou até que o governo da época se convenceu da inutilidade de continuar a manter o diário de Silva Graça em regime de excomunhão. (Abreu, 1927, pp. 156-157)

Uma atividade igualmente descrita no livro *Notas de um Lisboaeta* (1909) onde o autor, Álvaro Pinheiro Chagas, relata o decurso de um Conselho de Ministros: “reuniu-se, ontem à noite, na secretaria do Reino, ocupando-se apenas de assuntos de administração pública, segundo a nota oficiosa fornecida à imprensa” (Pinheiro Chagas, 1909, p. 242).

Mas a existência de serviços governamentais de distribuição de informação para a imprensa não era exclusiva da *Arcada*. Havia também o Gabinete dos Repórteres<sup>6</sup>, mesmo em frente ao Governo Civil de Lisboa, entre a Rua Serpa Pinto e a Rua Anchieta (Fernandes, 1940), que, no final

<sup>5</sup> À exceção do da Educação, todos os outros ministérios estavam localizados na Arcada.

<sup>6</sup> Não confundir com um almanaque com nome semelhante, o *O Gabinete dos Repórteres: Política Independente, Literatura e Serviço Especial de Noticiário*, criado pelo jornalista Luís da Silva, mais tarde dirigido por Eduardo Fernandes (jornalista conhecido como o “Esculápio”), que circulou entre 1894 e 1904.

do século XIX, fornecia informações da responsabilidade deste organismo governamental (crimes, detenções, alfândega, óbitos, etc).

Ontem, pelas 3 horas da tarde constou no Gabinete dos Repórteres, no Governo Civil, que pouco antes tinham sido desembarcadas na ponte dos vapores no cais do So-dré duas macas conduzindo dois homens feridos. (*Diário Ilustrado*, 1895, p. 1)

Era minha tenção ir [em 1893] ao *Gabinete dos Repórteres*, perto do Governo Civil, dar dois dedos de conversa a quem lá estivesse e telefonar daí a pouco, não só para declarar que não arranjava as notícias... (Fernandes, 1940, p. 133)

De resto, nos primeiros dias da implantação da República (8 de outubro), e segundo as *Memórias* de Raul Brandão (1924, p. 49), “eram dadas informações aos repórteres” neste gabinete financiado por contribuições dos principais jornais lisboetas (Barros, 2014). O qual, acrescente-se, terá prolongado os seus serviços de apoio aos jornalistas até à I República, havendo registo das suas atividades nas discussões parlamentares da Câmara dos Deputados.

— [O Sr. Paulo Cancela de Abreu] Vem publicado no Dia, mas foi transcrito dum jornal, que não é monárquico e teve informação oficial do gabinete dos repórteres.  
— [O Presidente do Ministério e Ministro do Interior, António Maria da Silva] Ainda bem que V. Ex.<sup>a</sup> diz que essa informação veio do gabinete dos repórteres com caráter oficial. (*Diário da Câmara dos Deputados*, 1923, p. 6)

Mais tarde, a 5 de setembro de 1926, o mesmo gabinete foi palco de um banquete oferecido ao então governador, major João Luís de Moura<sup>7</sup>, pelos repórteres que faziam serviço no Governo Civil de Lisboa (*O Século*, 1926)<sup>8</sup>.

## OPERAÇÕES DE CHARME DA REPÚBLICA

Na semana seguinte à implantação da República, o *Diário de Notícias* publicava uma pequena notícia onde se lia que os repórteres dos jornais

<sup>7</sup> Foi Governador Civil de Lisboa de 11 de janeiro de 1926 a 21 de julho de 1937.

<sup>8</sup> O banquete é objeto de uma fotografia que está disponível no arquivo nacional digital da Torre do Tombo, inserta no jornal *O Século*, de 5 de setembro de 1926. Retirado de <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=1204816>

diários de Lisboa haviam sido “amavelmente recebidos” (*Diário de Notícias*, 1910, p. 1) por altos representantes<sup>9</sup> da então recém-reativada Polícia de Segurança. Nesta notória ‘operação de charme’, que decorreu nas instalações do Ministério do Interior (antigo Ministério do Reino), na Arcada, as autoridades republicanas prometeram, de então em diante, “fornecer aos representantes dos referidos jornais todas as informações públicas” (*Diário de Notícias*, 1910, p. 1). Além disso, determinaram que fosse “posto à disposição dos representantes dos jornais um gabinete para tomarem os seus apontamentos” (*Diário de Notícias*, 1910, p. 1). Um espaço que viria a servir para, segundo o jornalista monárquico Carlos Malheiro Dias (1912, p. 30), distribuir “hábil propaganda republicana” e “alarmantes notícias”. Esta foi uma das muitas medidas do Governo Provisório para manter a imprensa favorável ao novo sistema político que, apesar de encabeçado pelo “idoso e respeitado professor Teófilo Braga” (Serrão & Marques, 1991, p. 53), mas usado por “propósitos puramente decorativos” (Valente, 1975, p. 232), tinha como verdadeiros líderes os ministros do Interior, António José de Almeida, da Justiça, Afonso Costa e, mais tarde, do Fomento, Brito Camacho. Políticos que controlavam os jornais de boa circulação em Lisboa e afinca-do cariz panfletário: o *República*, *O Mundo* e *A Luta*, respetivamente. E, pela mesma ordem, eram igualmente líderes de três facções republicanas distintas: os *evolucionistas*, os *democráticos* e os *unionistas*. Pode acrescentar-se ainda a este escol de governantes o ministro dos Estrangeiros, Bernardino Machado, porque, mesmo não sendo um cabecilha partidário, soube gerir o seu relacionamento com a imprensa e recolher daí os seus frutos. E um dos melhores exemplos disso mesmo são as conferências de imprensa semanais com jornalistas estrangeiros e portugueses que Bernardino Machado promovia (Rêgo, 1986, p. 198), e que eram organizadas em formato de receção “à hora agradável do *five o'clock tea* (...) com *sandwiches* e bolos” (*Poeira da Arcada*, 1911, p. 1). Uma investida que o antigo presidente do Conselho de Ministro de D. Maria II, António Cabral, criticava da seguinte forma: “eram tantas as petas que saíam da boca do ridículo ministro, do ministro cumprimentei-ro, que os correspondentes dos jornais estrangeiros o encapucharam com a alcunha picaresca de *boite à mensonges*” (Cabral, 1932, p. 176).

Neste competitivo quadrunvirato republicano, ao qual podemos juntar ainda Machado Santos (proprietário do jornal *O Intransigente*), há

<sup>9</sup> Segundo a mesma notícia, este encontro foi liderado pelo capitão João Carlos Craveiro Lopes (pai do futuro Presidente da República), pelo major João Carlos Silveira, 1.º comandante da Polícia de Segurança, e o pelo 2.º comandante do mesmo corpo, capitão Pestana.

uma linha comum: a experiência e ‘veia’ jornalística. Estes políticos compreendiam, por isso, o efeito do jornalismo na opinião pública, já então interiorizado pelas leituras de Gabriel de Tarde (1910), Gustave Le Bon (2001 [1896]) e Alberto Bessa (1904). Além disso, conheciam as vantagens de fornecer informação à imprensa, em particular aos repórteres dos dois colossos da informação (Baptista, 1966, p. 20): *Diário de Notícias* e *O Século*. Por outro lado, percebiam como a imprensa estava dependente da atividade política, porque a circulação dos jornais tinha uma relação direta com a intensidade da vida político-partidária. Recorde-se, a propósito, que o sucesso da República, enquanto sistema alternativo à decadente Monarquia Constitucional, teve como alicerces décadas de propaganda a nível nacional e europeu. A melhor ação propagandística interna resultou, aliás, da torrente de títulos panfletários de índole republicana, entre os quais se destacam, em Lisboa, *A Alvorada*, *É Tarde*, *O Regedor*, *O Republicano*, *A Fraternidade* e *A República* e, no Porto, *A Palavra* e *Liberdade* (Ferreira, 1973). A nível externo, há a registar o périplo que Sebastião Magalhães Lima e José Relvas<sup>10</sup> fizeram por vários países europeus. O sucesso destas investidas propagandísticas da causa republicana encontra-se perfeitamente descrito nos dois volumes de *Memórias Políticas* (1976, 1978), de José Relvas, e nas obras *Pela Pátria e Pela República* (1891) e *Episódios da Minha Vida* (1928), de Magalhães Lima, em que são relatados ao pormenor encontros com jornalistas e diretores de jornais ingleses – *Economist*, *Morning Leader*, *Manchester Guardian*, *Nation* e *Times* – e de jornais com representação em Paris – *Le Matin*, *L'Indépendance Belge*, entre outros. Encontros, esses, realizados com o objetivo de garantir “une bonne presse” (Relvas, 1976, p. 225), externa e internamente: “os grandes órgãos da imprensa europeia e americana refletiram já, em artigos notáveis e seriamente fundamentados, a ação que, na sua passagem por Paris, Londres e outros grandes centros, exerceram os caudilhos republicanos” (*O Século*, 1910, “Propaganda republicana na Europa”, 22 de julho, p. 1).

A abertura de um gabinete no Ministério do Interior – ponto de encontro entre políticos e funcionários, mas também local de distribuição e indução de informação – teve consequências visíveis na imprensa da época, desencadeando a criação de rubricas diárias sobre a *Arcada* por quase todos os jornais lisboetas. Senão, vejamos: no início do ano de 1911, ainda durante o Governo Provisório da I República, o vespertino *A Capital* criou

<sup>10</sup> Foi presidente do Conselho de Ministros e ministro do Interior do XIX Governo da I República, entre 27 de janeiro e 30 de março de 1919.

a rubrica “Poeira da Arcada”<sup>11</sup>. Em meados de 1912, *O Mundo* lança a “Notícias da Arcada”, que adotará, nos anos 20, a designação “Pela Arcada”. Na mesma década, *O Radical* publica a “Na Arcada” e o *Pátria* cria a “Informações da Arcada”. Todas estas rubricas ou secções revelavam informação de uma só fonte, por isso alinhada, controlada e útil para a revolução republicana. Eram compostas por pequenas notícias de nomeações e exonerações; reformas políticas, jurídicas e administrativas; processos políticos e judiciais; encontros, audiências, visitas e outras iniciativas de agenda ministerial; e até *rendez-vous*, almoços e intrigas no Café Martinho da Arcada. De resto, estas atoardas balbuciadas à mesa do café eram também publicadas, com a irregularidade e no meio do caos gráfico que caracterizava a imprensa da época, nas rubricas “Novas & Boatos” e “Últimas Notícias” do jornal *O Século*, bem como no *Diário de Notícias* em “Notícias Diversas” e “Ecos” que, no caso deste último título, eram assumidamente redigidas pelo jornalista e político Rocha Martins (Martins, 1923). Refira-se ainda que também na imprensa do Porto e na do Ultramar eram editadas rubricas com informação de igual índole e que, como é óbvio, tinha as mesmas fontes de origem.

### JOSÉ RELVAS E A REABERTURA DO “GABINETE DE REPÓRTERES DA ARCADA”

Como se viu no ponto anterior, durante o Governo Provisório da I República, em particular por ação do ministro do Interior, António José de Almeida, foi disponibilizado na *Arcada* um gabinete para os jornalistas. Isto sem nunca se perder o ambiente de *zum-zum* do jornalismo político português, denunciado nos debates do Senado da República, em 1912, nomeadamente pela boca do senador Faustino da Fonseca<sup>12</sup> (1912, p. 5), que via a “maldita Arcada” como “o cancro nacional que foi, que é e que será por muito tempo”. Ou ainda, na mesma câmara, em 1914, quando o senador Pedro Martins, ao solicitar uns documentos, recebe do ministro da Instrução, Sousa Júnior, a seguinte resposta: “parece que não seria muito difícil a S. Exas., que tantas vezes passam pela *Arcada*, irem ao Ministério”. Um ambiente que José Relvas também gostava de evocar como “a cavaquei-

<sup>11</sup> Foi uma rubrica que teve início no dia 9 de janeiro de 1911 e se manteve com regularidade diária até junho de 1912, por altura da crise ministerial que levou à demissão, como chefe de Governo, do médico Augusto de Vasconcelos. A “Poeira da Arcada” volta a aparecer com noticiário político nos anos ulteriores, até à chegada do Estado Novo, mas nunca mais se tornou regular.

<sup>12</sup> Foi jornalista, senador e diretor da Biblioteca Nacional.

ra da *Arcada*" (Relvas, 1978, p. 192). E foi precisamente José Relvas quem revelou importantes detalhes deste gabinete de imprensa ministerial, em *Memórias Políticas* (1978). Nesta obra, o político e estadista republicano assume que, na qualidade de presidente do Conselho de Ministros e ministro do Interior<sup>13</sup>, reativou e “restituiu aos repórteres da Arcada o Gabinete de Imprensa” (Relvas, 1978, p. 189). O jornal *A Manhã* descreveu com pormenor os detalhes da reabertura:

O nosso repórter da Arcada enviou-nos a seguinte nota: (...) Aproveitando a ocasião, o sr. Luís Derouet solicitou ao sr. José Relvas que fosse restituído aos repórteres o seu antigo gabinete do Ministério do Interior, que há dois anos lhe foi tirado. Imediatamente o chefe do governo encarregou o seu secretário, sr. Pereira Pinto, de se entender sobre o assunto com o sr. diretor-geral da *Assistência*, visto aquele gabinete estar servindo de depósito de papéis (...). O próprio sr. José Relvas saiu do seu gabinete para escolher uma sala destinada à imprensa, optando pela que fica contígua à antiga sala do *Conselho de Estado*, e ordenou ao seu secretário que mandasse proceder à instalação do gabinete, o que, com efeito, se iniciou (...) e que, antes de mais, representa uma justíssima homenagem aos nossos camaradas que têm a seu cargo o serviço de informação junto dos ministérios. Pela parte que cabe *A Manhã* na cedência do gabinete dos repórteres da *Arcada*, não podemos deixar de registar com merecido louvor ao ato do sr. José Relvas, que traduz uma nova prova de consideração pela imprensa. (*A Manhã*, 1919b)

Com efeito, José Relvas demonstrou sempre grande preocupação com a liberdade de imprensa. Cinco dias após a sua tomada de posse, reuniu-se no Ministério do Interior com os representantes dos jornais para ouvi-los “acerca da lei da censura à imprensa” (*A Capital*, 1919, p. 1). No dia seguinte, os jornais davam conta de que o ministro tinha abolido a censura em matéria política<sup>14</sup>. O diário de José Relvas também evoca o feito:

A imprensa está livre da censura. Tem plena liberdade para emitir as suas opiniões, e a única restrição que lhe impus foi a de não publicar notícias da guerra civil, que não sejam dadas pelos *Ministérios da Guerra e Marinha*. (Relvas, 1978, p. 90)

<sup>13</sup> José Relvas liderou o XIX Governo Constitucional da I República, entre 27 de janeiro e 30 de março de 1919.

<sup>14</sup> Ver por exemplo in *A Capital* (1919), “A Censura.”, 2 de fevereiro, pp. 1.; *Manhã* (1919), “O governo e a imprensa.”, 2 de fevereiro, pp. 1.

Mas as liberdades e garantias dadas por Relvas não se ficaram pelas palavras. Tal como noticiou *A Capital* em 20 de fevereiro de 1919, o líder político também protagonizou o “afastamento de funcionários (...) do pessoal do serviço de fiscalização e imprensa” o que permitiu diminuição dos cortes na imprensa<sup>15</sup>, apesar de se viver uma fase de duras e sangrentas lutas contra o movimento monárquico do Norte, liderado pelo capitão Paiva Couceiro. Por tudo isto, José Relvas foi de facto acarinhado pela imprensa:

Sua Ex.<sup>a</sup> [José Relvas] quis ter conosco a armabilíssima deferência de nos vir agradecer o apoio que demos ao governo da sua presidência, no que, afinal, não fizemos mais que o nosso dever de integérrimos republicanos. A atenciosa visita do sr. José Relvas penhorou-nos muito, evidentemente, porque ela demonstra que a boa camaradagem entre correligionários não conhece distâncias sociais; e o ilustre estadista, querendo honrar-nos, deu da sua inquebrável alma democrática. (*A Capital* (1919) “José Relvas: Veio despedir-se de «A Capital» o chefe do governo demissionário.”, 30 de março, p. 1)

Há um aspeto importante, com base na citada notícia do *Manhã*, de 30 de março de 1919, que nos parece importante tentar compreender, até pela referência explícita a José Relvas. O gabinete de imprensa dos repórteres da Arcada voltou a abrir, aparentemente noutra divisão, depois de “ter estado encerrado durante dois anos” (Relvas, 1978, p. 189). Ora, não tendo sido possível encontrar qualquer fonte primária que identifique o governo que protagonizou o encerramento do gabinete<sup>16</sup>, podemos recuar no tempo e formular a tese de que a decisão terá ocorrido após a introdução da censura prévia na imprensa, decretada em *Diário do Governo* de 28 de março de 1916<sup>17</sup>, um agravamento da censura de guerra que se tinha iniciado em 1914. Entre outros pontos, a legislação em causa previa a eliminação de “tudo o que importe a divulgação de boatos ou informação capaz de alarmar o espírito público” (Ministério da Justiça e dos Cultos, 1916, p. 59). De acrescentar, ainda, que num pequeno livro de Artur Leitão, conselheiro de Estado e jornalista de *O Século*, intitulado *Situação Política* (1918), há uma

<sup>15</sup> Estes cortes eram óbvios para os leitores, porque no lugar do texto censurado ficava, literalmente, um espaço em branco.

<sup>16</sup> Devemos ainda salientar que toda a Primeira República esteve sempre minada por inúmeros conflitos de personalidades com impacto, represálias e perseguições em toda a vida política nacional (Schwartzman, 1981).

<sup>17</sup> A “União Sagrada” (*evolucionistas com democráticos*) havia chegado ao poder em 1916, tendo como líderes de governo António José de Almeida (de 16 de março a 4 de setembro de 1916; e de 5 de outubro de 1916 a 25 de abril de 1917) e Afonso Costa (de 4 de setembro a 5 de outubro de 1916).

breve, mas reveladora, passagem do ambiente político deste período: “a eloquência da guerra e o silêncio da Arcada” (Leitão, 1918, p. 59).

### AS DITADURAS MILITAR E NACIONAL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO DA *ARCADA*

No penúltimo dia do governo liderado por António Granjo<sup>18</sup>, a 19 de novembro de 1920 (um ano e oito meses depois da decisão de Relvas e com oito governos constitucionais entretanto depostos), é mandada publicar no *Diário do Governo* uma portaria que institucionaliza, de vez, a existência de um gabinete de imprensa na *Arcada*:

Portaria n.º 2514 – Manda o Governo da República Portuguesa, pela Presidência do Ministro, instalar definitivamente os serviços de informação da imprensa, junto dos ministérios, no gabinete existente no Ministério do Interior, cedido há meses, para esse efeito, aos representantes dos jornais diários de Lisboa. Paços do Governo da República, 19 de novembro de 1920. O Presidente do Ministério, António Joaquim Granjo, o Ministro do Interior, Felisberto Alves Pedrosa.

E não é por mero acaso que António Granjo sempre manifestou preocupação com os profissionais da imprensa. Ele também dirigiu o jornal de António José de Almeida – *República*, quando este último político assumiu a Presidência da República e, segundo os relatos de Consiglieri Sá Pereira, em *Noite Sangrenta* (1924), como conhecedor do *metier* tentou usar a imprensa para travar, sem sucesso, a fatídica revolução de 19 de outubro 1921:

(...) teve noção de que as notícias antecipadas representavam, um alarme para a população e um auxílio poderoso para os conspiradores. Pensou numa reunião. Falaria ali, serenamente, da situação e apelaria para a boa-vontade da gente das gazetas. Uma tarde, cerca das seis horas, convocou os representantes dos jornais para uma conferência no ministério do Interior. Compareceram quase todos. Excetuadas, apenas aquelas três ou quatro gazetas que, na sua crítica ao ministério, tinham excedido, escandalosamente, a noção do admissível. (Sá Pereira, 1924, p. 68)

<sup>18</sup> Refere-se ao primeiro governo de António Granjo, em exercício de 19 de julho a 20 de novembro de 1920. Granjo ocupou, mais tarde, uma outra Presidência do Ministério, de 30 de agosto a 19 de outubro de 1921, data em que é deposto e assassinado num golpe de Estado que ficou conhecido por “Noite Sangrenta”.

Durante a década de 20, há diversas referências à atividade deste gabinete de imprensa, em particular informações avançadas sem atribuição de fonte, de que é exemplo a frase “os boatos da *arcada*” (*Manhã*, 1919, p. 1), ou com identificação da fonte de informação: “segundo uma informação da *Arcada*” (*O Século*, 1924, p. 1), “notas oficiosas fornecidas pelo ministérios” (*O Mundo*, 1926, p. 8) e “a *arcada* informa que (...)” (*Manhã*, 1926, p. 1). Aliás, estas referências à atividade do gabinete são também habituais na própria Câmara dos Deputados da Assembleia Nacional:

(...) Numa nota oficiosa publicada nos jornais de hoje (...) emanada da *Arcada*. (Mantas, 1921, p. 6)

Perguntarei, também, em que disposição de *Lei* fundamenta o *Governo* para, conforme vejo numa nota da *Arcada* publicada nos jornais. (Pereira, 1923, p. 6)

Pois, quer V. Exa. saber como inocentemente apareceu a notícia em todos os jornais, como *informação da arcada*? “Que o Sr. *Ministro das Colónias* tinha dado ordem ao governador de Macau para não mais receber presentes dos concessionários do Estado!”. (V. Correia, 1925, p. 7)

Oito anos mais tarde, parece ter havido um recuo da atividade do gabinete, como indica ofício, com data de 18 de fevereiro de 1928, que contém um “apelo do *Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa* para a manutenção de um gabinete para os jornalistas no ministério [do Interior]” (*Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa*, 1928, pp. 1-2). Um encerramento que havia sido determinado pelo facto da *Informação da Arcada* se localizar junto à sala do Conselho de Ministros, e que só viria a reabrir no final da Ditadura Nacional, mais concretamente no dia 13 de outubro de 1930, pelo governo liderado pelo general Domingos de Oliveira<sup>19</sup>, com os jornais a noticiarem uma “cerimónia de inauguração (...) do novo gabinete de imprensa do Ministério do Interior” (*O Século*, 1930)<sup>20</sup>. Nesta tomaram da palavra um jornalista do *Diário de Notícias*, Júlio de Almeida<sup>21</sup>, e o chefe

<sup>19</sup> Presidente do Ministério entre 21 de janeiro de 1930 e 4 de julho de 1932.

<sup>20</sup> A fotografia da inauguração está disponível no arquivo Nacional digital da Torre do Tombo, inserta no jornal *O Século*, de 13 de outubro de 1930. Retirado de <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1211759>

<sup>21</sup> Júlio Cabreira de Almeida era filho de Virgínia Baptista de Almeida e de um outro jornalista do *Diário de Notícias* - José Joaquim Assis d'Almeida. Nasceu a 19 de junho de 1890 e vem a falecer a 9 de setembro de 1966. Foi jornalista do *Diário de Notícias*, mas acumulava esta atividade com o serviço no gabinete de imprensa no Ministério do Interior e ainda com um lugar na Direção-Geral dos Serviços Industriais.

de gabinete do Ministério do Interior, Martinho Simões. O governante sublinhou que o “gabinete condigno, da sua alta e patriótica função junto dos governos, se deve à ação desenvolvida até este tempo [pelos jornalistas]” (*Diário de Notícias*, 1930, p. 7). Martinho Simões enalteceu ainda o papel que o gabinete desempenhava, “de facto, na vida moderna dos povos, papel de tão transcendente simpatia, que seria inconsciência negar-lhe essa alta função” (*Diário de Notícias*, 1930, p. 7). E, no fim, deixou o aviso: “sob os tetos daquela secretaria, saberão trabalhar na obra de ressurgimento em prol da Pátria e da República” (*Diário de Notícias*, 1930, p. 7). Por sua vez, Júlio de Almeida, que falou em nome dos jornalistas, realizou um breve apontamento da evolução histórica da *Informação da Arcada* que, segundo o próprio jornalista, foi instituída pelo coronel Freitas Soares<sup>22</sup>. O *Diário de Notícias* descreve assim o ambiente deste evento:

Logo após, numa festa íntima, foi apresentada uma tocante homenagem ao sr. capitão Amadeu Gomes Figueiredo [chefe de gabinete do ministro do Interior] e ao nosso camarada Júlio de Almeida, aos quais se deve, na sua maior parte, a instalação do novo gabinete, que, comovidamente agradeceram as boas palavras que lhes foram dirigidas, tendo os homenageados assentado nalgumas medidas, que é mister promulgar, para prestígio e defesa do profissionalismo da imprensa. (*Diário de Notícias*, 1930, p. 7)

Não deixa de ser revelador que as ditaduras Militar e Nacional tenham intensificado os processos de censura à imprensa, ao mesmo tempo que investiram nos serviços de imprensa das instâncias governamentais. Exemplo disso foram as benfeitorias efetuadas, em 1926, no já referido Gabinete dos Repórteres do Governo Civil de Lisboa, que recebeu “grandes transformações (...) um telefone privativo” (*A Capital*, 1926, p. 4) e ficou “confiado aos repórteres por meio de uma portaria, tal como se fez com o gabinete da imprensa instalado no ministério do Interior” (*A Capital*, 1926, p. 4).

O testemunho do jornalista José Estevão Santos Jorge, dado em entrevista a Adelino Gomes (2009), assume grande importância para a compreensão deste gabinete de imprensa, apesar de projetada somente para o período do Estado Novo. Tanto assim que a base de partida para este trabalho foram, justamente, as memórias do antigo jornalista do *Diário de Lisboa*:

---

<sup>22</sup> O coronel Freitas Soares ocupou a pasta da Guerra durante os governos liderados por José Relvas (de 27 de janeiro a 30 de março de 1919) e António Granjo (de 30 de agosto de 1919 a 19 de outubro de 1921).

E então inventaram esse sistema: um Gabinete de Imprensa (...) no Ministério do Interior, onde havia um chefe. No meu tempo era o Júlio de Almeida, redator no *Diário de Notícias* e alto funcionário público. Acumulava, como quase toda a gente. Coligia-se lá a informação de todos os ministérios e mandava-se para os jornais. Estes pagavam uma avençazinha. Era preciso uma certa habilidade para a gente se acercar dos funcionários – não falávamos nem com os ministros nem com os secretários de Estado. (Gomes, 2009, p. 538)

E, na mesma entrevista, ficámos a conhecer mais um conjunto de protagonistas e rotinas profissionais:

No *Diário de Lisboa* esse serviço até chegou a ser feito, no princípio, pelo dr. Mário Neves. Havia um rapazinho da Casa da Imprensa ou do Sindicato, não me lembro ao certo, que ia lá buscar as cópias dos textos e distribuía-as pelos jornais, ganhando também uns tostõezinhos. Morreu um colega que fazia a “*Informação da Arcada*” para o *Diário de Lisboa* e o dr. Norberto Lopes perguntou ao meu pai se eu não queria substituí-lo. Na altura ninguém queria fazer uma coisa daquelas: tinha que se dar a volta toda pelos ministérios, Presidência da República e Presidência do Conselho, logo de manhã. Os ministérios estavam quase todos no Terreiro do Paço. Só o da Educação é que estava no Torel. Aos outros dois, íamos de elétrico. Fui ganhar uns 600 escudos (o que eu substituí ganhava mil!). Quando havia qualquer coisa de especial, o dr. Norberto Lopes mandava-me telefonar para certas pessoas importantes lá dos ministérios, que ele tratava por tu (...). Tive uma sorte muito grande porque, entretanto, tinha surgido o *Diário Popular* [1942] para onde trabalhava o Armando de Almeida, também funcionário público e que ajudava o pai, Júlio de Almeida, no serviço do *Gabinete de Imprensa*. Aquilo era uma dinastia: o avô e o pai também tinham sido jornalistas. O Júlio de Almeida foi um camarada de profissão como hoje já não se encontra. (Gomes, 2009, p. 538)

Também numa entrevista ao jornalista Afonso Serra<sup>23</sup>, na obra de Fernando Correia e Carla Batista (2009, p. 178), intitulada *Memórias Vivas do Jornalismo* é descrita a “*Informação da Arcada*”, em particular o seu funcionamento:

<sup>23</sup> Afonso Serra iniciou a carreira de repórter, em 1940, no *Novidades* e assumiu as funções de redator de *A Capital*. Durante a guerra civil de Espanha foi também correspondente do diário *Império de Toledo*. Foi dirigente e entusiasta da Casa da Imprensa, do Sindicato dos Jornalistas e do Clube de Jornalistas.

P – Como é que tratavam as notícias de política?

R – Da política era geralmente o que enviavam do SNI (Secretariado Nacional de Informação), mandavam as notícias... E havia um informador permanente na Arcada, que funcionava no Ministério do Interior.

P – Ali no Terreiro do Paço?

R – Sim, sim. Estava lá um repórter permanente. Fornecia para o jornal dele e para os outros jornais. Era o Almeida, o Almeidinha. Primeiro foi o Almeida pai, depois foi o Almeida filho... Eram jornalistas efetivos do *Diário de Notícias*. Forneciam para o jornal deles e para os outros. E ganhavam, isso era remunerado.

P – Que género de notícias é que eles davam?

R – Recolhiam pelos Ministérios...

P – Inaugurações, obras...?

R – Era o que calhava. E o que interessava aos Ministérios. E depois também passou o SNI a fornecer informações. Mas a Arcada continuou sempre a funcionar. Havia muitos pormenores do dia...

Estes relatos de José Estevão Santos Jorge e Afonso Serra denotam que a “Informação da Arcada” sobreviveu ao Estado Novo e esteve sob aparente dependência do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e dos sucessivos Secretariado Nacional de Informação (SNI) e Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT). No entanto, depois de termos consultado o arquivo pessoal do último ‘chefe’ da “Informação da Arcada”, o já referido Armando de Almeida<sup>24</sup>, podemos constatar que este gabinete de imprensa, apesar de funcionar nas instalações governamentais e receber apoios do Governo (como o pagamento de uma secretária, serviços fotográficos, um ‘contínuo’, material de escritório, entre outros), contava com uma contribuição mensal dos principais jornais de Lisboa e do Porto<sup>25</sup>. Um intrincado sustentáculo de financiamento que levanta reservas e muitas questões quanto à verdadeira missão deste gabinete de imprensa, já que os jornalistas que nele trabalhavam tinham uma paradoxal preocupação em servir o jornalismo e o poder. Comportamentos que, para melhor serem compreendidos, devem ser enquadrados e reportados às diferentes épocas que o presente capítulo descreve.

<sup>24</sup> Armando Jorge de Almeida, filho de Júlio de Almeida e Elvira Esperança de Almeida, nasceu a 28 de março de 1919 e morreu no dia 5 de março de 1992. Trabalhou com o seu pai desde muito novo na *Arcada*, mas veio só a ser repórter-informador do *Diário Popular* a 1 de março de 1960. Acumulava, no comum pluriemprego, com as funções de 1º oficial da Direção-Geral dos Serviços Agrícolas do Ministério da Agricultura.

<sup>25</sup> In *Fundo da Arcada* da Biblioteca e Arquivo José Pacheco Pereira, na Marmeleira.

## CONCLUSÃO E DISCUSSÃO

O *corpus* documental presente neste trabalho, em muitos casos proveniente de fontes primárias, demonstra que a “Informação da Arcada” foi um relevante e dinâmico serviço co-suportado por diferentes governos. Serviço esse que teve como objetivo primordial ser um elo de ligação (bidirecional?) entre o poder e a imprensa. Dito de outra forma, constituiu de facto um serviço que, aos olhos de hoje, se podia designar de assessoria de imprensa política, com atividade visível desde 1891 (ano referenciado nas *Memórias do ‘Esculápio’* do jornalista Eduardo Fernandes).

Constata-se ainda que a “Informação da Arcada” teve, na sua não-programada evolução, três fases distintas. Numa primeira fase, que vai desde o final da Monarquia Constitucional até à revolução do 5 de outubro de 1910, funcionou como um serviço de informação ocasional à imprensa, assegurado por funcionários das secretarias dos ministérios. A segunda fase – da I República até ao final da Ditadura Militar – representa o início de uma atividade regular ou sistemática de fornecimento de conteúdos, com o objetivo claro de obter “publicitação” na imprensa e conseqüente aprovação da opinião pública, onde o relacionamento entre a elite política e os repórteres foi facilitado pela criação de um espaço físico para estes últimos trabalharem. Por fim, na terceira fase, a interface políticos/jornalistas foi promovida por uma fonte profissional de informação. Este progresso período, que ocorreu no penúltimo governo da Ditadura Nacional, ocorre com a chegada de Júlio de Almeida e mais tarde (durante o Estado Novo) do seu filho, Armando de Almeida, e José Estevão Santos Jorge a esta estrutura de comunicação. Aliás, ocorre-nos afixar, desde já, que Júlio de Almeida poderá ter sido o primeiro agente de imprensa<sup>26</sup> político português. Dado que, no entanto, carece de fundamentação e de futuras investigações.

Durante a sua vigência, a “Informação da Arcada” parece ter funcionado como um diapasão das notícias do governo através da prática de uma atividade para-jornalística. Isto significa que era implementado um modelo de propagação de mensagens oficiais assente no fornecimento de conteúdos (notas oficiais), no estabelecimento de relações (com o intuito de intercambiar informação ou de desenvolver negócios) e na promoção de eventos (conferências de imprensa, inaugurações, viagens, visitas, lanches, etc.). Ou seja, uma atividade que encaixa no campo e no modelo de atuação da assessoria de imprensa (Ribeiro, 2014).

---

<sup>26</sup> Os primeiros livros de assessoria de imprensa e relações públicas que chegaram a Portugal, maioritariamente oriundos do Brasil e do Reino Unido (ver por exemplo Black, 1962; Whitaker-Penteado, 1968), designavam os assessores de imprensa como ‘agentes de imprensa’. Um termo que resulta da tradução do inglês de *press agent*.

Também ressalta deste apontamento diacrónico da história deste gabinete de imprensa que o fornecimento controlado de informação política/governamental, a par da propaganda oficial e da censura à imprensa, era uma ferramenta capaz de influenciar com grande eficácia a produção de conteúdos jornalísticos e, conseqüentemente, a formação e modelação da opinião pública. A existência deste gabinete de imprensa acaba por aproximar Portugal, em particular nas décadas de 10, 20 e 30 do século XX, dos princípios norte-americanos da *manufatura do consenso*, preconizados por Walter Lippmann (1922), e da *assessoria de imprensa*, conforme teorização de Ivy Lee (1925).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Capital* (1911, 28 de janeiro). Poeira da Arcada. *A Capital*, p. 1.
- A Capital* (1919, 1 de fevereiro). A imprensa e os governos. *A Capital*, p. 1.
- A Capital* (1926, 28 de julho). O gabinete dos repórteres no Governo Civil. *A Capital*, 4.
- A Manhã* (1919, 30 de março). Os repórteres da Arcada. *A Manhã*, p. 1.
- Abreu, J. de (1912). *A revolução portuguesa – O 31 de Janeiro (Porto 1891)*. Lisboa: Edição da Casa Alfredo David.
- Abreu, J. de (1927). *Boémia jornalística – Memórias d'um profissional com 30 anos de serviço na 'fleira'*. Lisboa: Editora Guimães & C.<sup>a</sup>.
- Baptista, J. (1966). *Um jornal na revolução – «O Mundo» de 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Seara Nova.
- Barros, J. L. de (2014). *O jornalismo político republicano radical - O Mundo (1900-1907)*. Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Bessa, A. (1904). *O jornalismo - Esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Lisboa: Editora Viúva Tavares Cardoso.
- Black, S. (1962). *Relações públicas: teoria e prática*. Lisboa: Portugalíia Editora.
- Brandão, R. (1924). *Memórias II*. Paris / Lisboa: Livrarias Aillard & Bertrand.
- Brito, E. (1902). *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*. Lisboa: Assembleia da República.

- Cabral, A. (1932). *As minhas memórias política: Em plena República*. Lisboa: Edição do Autor.
- Chagas, J. (1906). *As minhas razões*. Lisboa: Livraria Central / Imprensa Moderna.
- Chagas, J. (1913). *Diário de um condenado político (1892-1893)*. Porto: Livraria Chardon - Lello & Irmão.
- Coelho, T. (1913). *Ferro em braza*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- Correia, F. & Baptista, C. (2009). *Memórias vivas do jornalismo*. Lisboa: Caminho.
- Correia, V. (1925). *Diário da câmara dos deputados*. Lisboa: Assembleia da Republica.
- D'Almeida, F. (1889). Os jornalistas (7 de junho). In Fialho D'Almeida (Ed.), *Pasquinadas* (pp. 209-221). Porto: Lello & Irmão.
- D' Almeida, F. (1890). *Lisboa galante*. Porto: Livraria Civilização.
- D' Almeida, F. (1912). *Saibam quantos (Cartas e artigos políticos)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora
- D' Almeida, F. (1916). *Barbear, pentear*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- D' Almeida, F. (1924). *Vida ironica (Jornal d'um vagabundo)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- D'Almeida, F. (1911). *Os gatos (6º Volume)*, 6. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- D'Almeida, F. (1911 [1893]). *Os gatos (5º Volume)*, 5. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- D'Almeida, F. (1943). *A Cidade do Vicio*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Diário de Notícias* (1910, 11 de outubro). Os repórteres e a polícia cívica. *Diário de Notícias*, p. 1.
- Diário de Notícias* (1930, 24 de outubro). Profissionais do jornalismo. *Diário de Notícias*, pp. 1-12.
- Diário Ilustrado* (1895, 17 de julho). Homens feridos. *Diário Ilustrado*, p. 1.
- Dias, C. M. (1912). *Do desafio à debandada II*, 2, Lisboa: Livraria Clássica.
- Fernandes, E. (1940). *Memórias do 'Esculápio' – Das mãos da parteira ao ano da República*. Lisboa: Parceria Maria Pereira.
- Ferreira, D. (1973). *História política da primeira República Portuguesa I (1910-1915), Primeira Parte*, 1. Lisboa: Livros Horizonte.

- Fonseca, F. (1912). *Diário do Senado da República*. Lisboa: Assembleia da República.
- Gomes, A. (2009). José Estêvão: “Para mim, jornalistas eram o Norberto Lopes, o Mário Neves, um Carlos Ferrão...”. In J. Rebelo (Ed.), *Ser Jornalista em Portugal, perfis sociológicos* (pp. 522-539). Lisboa: Gradiva.
- Le Bon, G. (2001 [1896]). *The crowd: A study of the popular mind*. Kitchener: Batoche Books.
- Lee, I. (1925). *Publicity: some of the things it is and is not*. New York: Industries Publishing Company.
- Leitão, A. (1918). *Situação política*. Coimbra: Tipografia França Amado.
- Lima, A. de (1911). *Magalhães Lima e a sua obra - Notas e impressões*. Lisboa: Tipografia 'A Editora'.
- Lima, M. (1891). *Pela pátria e pela República*. Porto: Casa Editora Alcino Aranha.
- Lima, M. (1928). *Episódios da minha vida*. Lisboa: Livraria Universal.
- Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. New York: Harcourt, Brace and Company.
- Manhã* (1919, 30 de março). Os boatos da Arcada e a decisão dos directórios dos partidos republicanos. *Manhã*.
- Manhã* (1926, 21 de julho). Últimas notícias. *Manhã*, pp. 1-8.
- Martins, R. (1923, 17 de março). As ideias da moagem sobre eleição municipal amanhã. *Fantoches – Bastidores da política e dos negócios*, 1,1.
- Martins, R. (1924, 5 de fevereiro de 1924). A demolição da Arcada. *Fantoches - Bastidores da política e dos negócios*, 2, 1-3.
- Mesquita, A. (1894). *Vid'airada*. Lisboa: Livraria António Maria Pereira.
- Miranda, P. C. G. M. (2005). *O jornalismo em Portugal: elementos para a arqueologia de uma profissão (1865-1925)*. Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Noronha, E. de (1912). *Memórias de um galego*. Porto: Magalhães & Moniz.
- Noronha, E. de (1913). *À esquina do Chiado*. Porto: Magalhães & Moniz.
- O Mundo* (1926). O sr. general Gomes da Costa 11 de julho. *O Mundo*.
- O Século* (1924, 4 de dezembro). Conselho de Ministros. *O Século*, pp. 1-8.

- Ortigão, R. (1944 [1873]). *As farpas XI*, 11. Lisboa: Clássica Editora.
- Pereira, C. (1923). *Diário da câmara dos deputados*. Lisboa: Assembleia da República.
- Pimentel, A. (1900). *Vida de Lisboa*. Lisboa: Parceria Maria Pereira.
- Pinheiro Chagas, A. (1909). *Notas de um lisboeta*. Porto: Livraria Magalhães & Moniz.
- Queirós, E. (1982 [1888]). *Os Maias*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Rêgo, R. (1986). *História da República II - A transição da Monarquia para a República*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Relvas, J. (1976). *Memórias políticas I*. Lisboa: Terra Livre.
- Relvas, J. (1978). *Memórias políticas II*. Lisboa: Terra Livre.
- Ribeiro, V. (2014). O campo e o triângulo operacional da assessoria de imprensa. In Gisela Gonçalves (Ed.), *Relações Públicas e Comunicação Organizacional - Dos fundamentos às práticas* (pp. 27-50). Covilhã: LabCom. Universidade da Beira Interior.
- Sá Pereira, C. (1924). *A noite sangrenta*. Lisboa: Aillaud & Bertrand.
- Sampaio (Bruno), J. (1906). *Os modernos publicistas portugueses*. Porto: Lello & Irmão.
- Schwartzman, K. (1981). Contributo para a sistematização dum aparente caos político: o caso da Primeira República Portuguesa. *Análise Social*, 17(65), 153-162.
- Sérgio, A. (1936). *Ensaio - Tomo V*, 5. Lisboa: Seara Nova.
- Serrão, J., & Marques, A. H. O. (1991). Portugal – da Monarquia para a República. In J. Serrão & A. H. O. Marques (Eds.), *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- Silva, A. M.da. (2006). *Sidónio e sidonismo* (Vol. 2). Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- Sousa, T. (1911). *Para a História da Revolução I*. Coimbra: Moura Marques & Paraíso.
- Tarde, G. (1910). *L'Opinion et la Foule*. Paris: Felix Alcan.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho.

- Valente, V. P. (1975). Moderados e radicais na I República: da conciliação ao terror (outubro de 1910-agosto de 1911). *Análise Social*, 42/43(1), 232-265.
- Whitaker-Penteado, J. R. (1968). *Relações públicas nas empresas modernas*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.

## OUTRAS REFRÊNCIAS

- Diário da câmara dos deputados (1923, 30 de maio). Diário da câmara dos deputados. Sessão nº 96. Lisboa.
- Mantas, A. (1921). Diário da Câmara dos Deputados. Retirado de <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r1.cd&diary=a1921mo2d22-0006&type=texto&q=arcada&sm=p>
- Ministério da Justiça e dos Cultos (1916). Ministério da Justiça e dos Cultos Lei n.º 495 (59 (ed. Vol. Lei n.º 495). In Diário do Governo. Lisboa: Casa da Imprensa Nacional.
- Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa. (1928). Apelo do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa para a manutenção de um gabinete para os jornalistas no Ministério (Mç. 337, v. 10, n.º 155). Lisboa: Torre do Tombo.

### Citação:

Ribeiro, V. (2017). A "Informação da Arcada" – o primeiro gabinete de imprensa política português (do reinado de D. Luís I até à ditadura nacional). In A. Moreira, E. Araújo & H. Sousa (Eds.), *Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios* (pp. 121-141). Braga: CECS.